

PLENÁRIO

plenario@redetribuna.com.br

Maioridade penal: sem consenso

Após o presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), peitar a bancada do PT e garantir que vai colocar em votação a proposta que reduz a maioridade penal de 18 para 16 anos até o fim do mês, o tema voltou a dividir a Assembleia.

O deputado Marcelo Santos (PMDB) é contra a redução, por entender que não irá reduzir a criminalidade. Fazem coro Padre Honório (PT), Gildevan Fernandes (PV) e Sérgio Majeski (PSDB). "O discurso simplista é mais fácil. Assim se esconde o fato do Poder Público ser ineficiente em sua atuação", diz Majeski.

Já Invaldo dos Anjos (PSD), Eustáquio de Freitas (PSB) e Dary Pagung (PRP) são a favor. "A sociedade está clamando por justiça", afirmou Pagung. Segundo o Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo, 884 adolescentes foram apreendidos em crimes no Estado, de janeiro a abril.

Alvará dos Bombeiros

A Câmara de Cariacica aprovou projeto do vereador Sérgio Camilo (PRB) que obriga os órgãos públicos em funcionamento no município a ter alvará do Corpo de Bombeiros.

Segundo Camilo, nenhum órgão público possui. "Eles fiscalizam a iniciativa privada, mas não são fiscalizados. O princípio da isonomia não está sendo empregado".

Plano Plurianual

As audiências públicas para traçar o Plano Plurianual (PPA 2016-2019) chegaram na Grande Vitória. Amanhã, o governador Paulo Hartung (PMDB) estará em Vila Velha, na reunião para ouvir sugestões de obras e investimentos de moradores, na UVV, às 14h.

Quem não puder estar lá pode mandar sugestões pela internet: www.ppa.es.gov.br até o dia 8.

Sem IPTU

Após ser cobrado por futuros adversários ao comando de Cariacica, o prefeito Juninho (PPS) cumpriu promessa de campanha e sancionou projeto que isenta da taxa do IPTU os moradores de ruas sem pavimentação no município.

A lei foi publicada na última sexta-feira e já está valendo até para quem já começou a pagar o imposto e tem parcelas a vencer.

No entanto, quem já pagou em cota única só vai poder contar com o benefício em 2016.



Deputado mão de vaca

No intervalo dos trabalhos na Assembleia, Enivaldo dos Anjos e Gildevan Fernandes estavam acertando uma ida a Pinheiros, para comer carne de sol, quando Theodorico Ferraço (DEM), com toda delicadeza, interrompeu: "Quero só ver quem vai pagar. São os dois mais mãos de vaca da Assembleia".

Detector de metais durante sessão de CPI

O clima nas sessões da CPI dos Guinchos está cada vez mais tenso. Ontem, a mando do presidente da CPI, Enivaldo dos Anjos, dois seguranças da Assembleia faziam revistas com detectores de metais, para evitar que alguém entrasse armado. A prática será realizada em todas as sessões da comissão.

Com os nervos à flor da pele, Enivaldo chegou a expulsar um sindicalista que aparentava atitude suspeita. Após averiguação, ele pediu desculpas pelo ato.

TRANSPARÊNCIA

A Câmara de Vitória começou a publicar a íntegra de todas as atas de sessões. A medida visa atender a preocupação da Casa com a memória e transparência.

SOLIDARIEDADE

Detentas do Presídio de Colatina confeccionaram e doaram perucas para mulheres vítimas de câncer.

EXPULSÃO

"Seu Danado", que quer disputar a Câmara da Serra em 2016, foi expulso

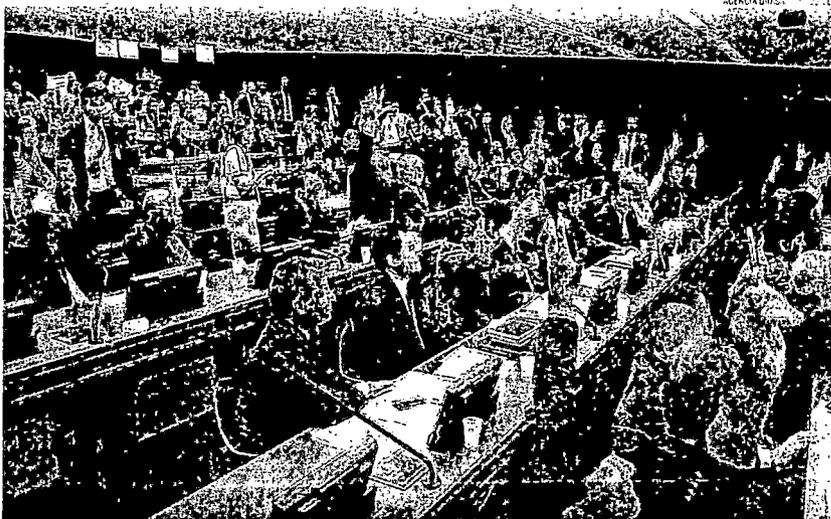
do PR após rasgar e queimar uma camisa com o brasão do partido em abril do ano passado, segundo o vereador Gideão Svensson (PR).

FEMINICÍDIO EM DEBATE

A deputada Luzia Toledo (PMDB) promove amanhã audiência pública na Assembleia, às 14h, para lançar a campanha "Basta, eu quero viver!" de combate ao feminicídio no Estado.

SUBSECRETARIA

A Subsecretaria estadual de Trabalho agora é subordinada à Casa Civil.



VOTAÇÃO na Comissão de Justiça: proposta que será votada pode trazer alto impacto financeiro aos estados

COMISSÃO DE JUSTIÇA DA CÂMARA

Assessor com salário de procurador estadual

Proposta de Emenda à Constituição que será votada hoje dá a cargos de assessoramento jurídico remuneração de até R\$ 22.507

Ricardo Aiolfi

Uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) pretende garantir que ocupantes de cargos de assistência e assessoramento jurídico passem a integrar a Advocacia Pública dos estados e tenham as mesmas garantias, direitos e deveres dos procuradores dos estados e do Distrito Federal, inclusive o salário.

Hoje, o salário de um procurador do Estado varia entre R\$ 15.794,97 e R\$ 22.507,52, dependendo do tempo de carreira. Caso ele ocupe cargos de chefia, é pago um adicional de R\$ 3.554,93. Para

ocupar o cargo de procurador, os pretendentes passam por quatro fases de um concurso público.

A admissibilidade da PEC será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados. Se for aprovada, seguirá para uma comissão especial e, depois, para votação em dois turnos no plenário.

Pela proposta, para exercer a representação judicial e a consultoria jurídica, passa a ser obrigatória a realização de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em todas as suas fases.

Os procuradores e advogados públicos também passam a ter estabilidade assegurada após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho.

Atualmente, a Constituição Federal exige concurso apenas para procuradores dos estados e do Distrito Federal. A PEC 373/2013, de autoria do deputado Márcio Marinho (PRB-BA), vai ser votada

hoje às 10 horas na CCJ da Câmara. Para o autor da PEC, a proposta tem efeito moralizador ao evitar contratações precárias e aleatórias nos municípios e no Estado.

Ele completa: "Os procuradores e advogados públicos deverão ser estáveis, efetivos e integrar carreiras".

O deputado acredita que os procuradores e advogados públicos vão passar a usufruir de maior independência técnica se a Constituição reconhecer "a dignidade funcional que merecem, para bem exercerem suas missões".

Para Marinho, a PEC beneficiará tanto o poder público quanto os servidores que zelam pelo bem público.

Da bancada capixaba, apenas o deputado Max Filho (PSDB) faz parte, como suplente, da CCJ. Ele afirmou que ainda não tem um posicionamento formado sobre a PEC e que vai analisar a proposta mais profundamente para poder acompanhar a votação de hoje.

"É trem da alegria", diz procuradora

Para a presidente da Associação dos Procuradores do Estado (Apes), Santuzza da Costa Pereira, a PEC estende aos servidores que exerçam funções jurídicas o mesmo padrão salarial dos procuradores de Estado, sem que tenham sido submetido aos rigorosos concursos previstos no artigo 132 da Constituição Federal:

"Esta PEC é um trem da alegria. Traz pessoas que fizeram concurso para um cargo mais simples, para uma função mais rigorosa. Ela inclui dentro da estrutura das Procuradorias-Gerais municipais e estaduais todos aqueles que prestam assessoria jurídica."

A presidente da Apes acredita que, caso a proposta seja aprovada, os estados podem sofrer sérios



SANTUZZA citou reflexo financeiro

prejuízos. "O reflexo financeiro é incalculável. Não sabemos o contingente de pessoas, que, de uma hora para outra, vão se tornar 'pro-

curadores", afirmou.

Santuzza reforça que, diferente das autarquias, que podem ser extintas a qualquer momento, a Procuradoria-Geral faz parte das estruturas dos estados e não podem ser desfeitas: "Por reconhecimento do Supremo Tribunal Federal, há uma impossibilidade de transposição de um concurso para outro".

De acordo com Santuzza, a PEC também seria inconstitucional, na medida em que mexe com a auto-organização política-administrativa dos estados, estabelecida pela forma federativa de Estado.

Por fim, Santuzza esclarece que a crítica à proposta não está relacionada à competência dos profissionais, mas à forma como a estrutura do Estado é montada.

Política

FALE COM O EDITOR: GLEBERSON NASCIMENTO • E-MAIL: politica@atribuna.com.br

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Sinal verde para criar mais 216 cargos comissionados

Procuradores aprovam proposta que custará R\$ 1,1 milhão por mês. Mas Assembleia votará medida, que precisará da sanção do governador

Pedro Callegario

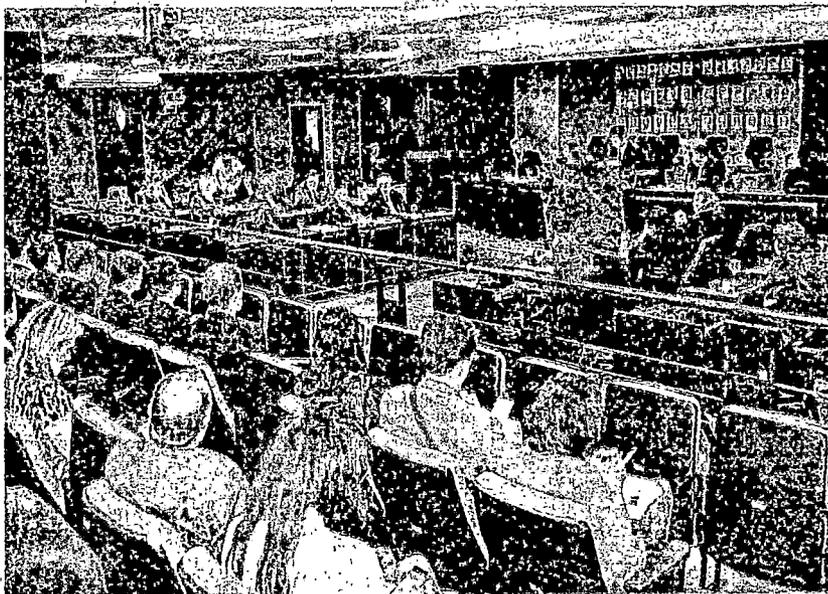
Com o voto favorável de 24 procuradores e um contrário, o Colégio de Procuradores do Ministério Público (MP-ES) aprovou proposta de criação de 216 cargos comissionados de assessor dos promotores de Justiça.

O salário de cada um gira em torno de R\$ 5 mil e terá impacto mensal de R\$ 1,1 milhão. Em contrapartida, o órgão informou que excluiu a previsão de criação de 65 cargos de promotores, que, se criados, teriam impacto de R\$ 1,8 milhão por mês.

Agora, a proposta, que foi adiada com exclusividade por A Tribuna no dia 16 de maio, vai para análise da Assembleia. Se aprovada, segue para o governador Paulo Hartung (PMDB). O procurador-geral de Justiça, Eder Pontes, vai conversar com os poderes antes de apresentar o projeto para votação.

Eder garantiu que, mesmo se criados, os cargos não serão preenchidos neste ano. "Este ano é de cautela, de dificuldade para o Estado. Só serão providos quando houver melhora financeira. Toda discussão foi e será feita com muita cautela e responsabilidade".

O procurador disse que há necessidade de estruturação no órgão devido ao aumento da demanda e avaliou que vai sair mais econômica a criação dos comissionados do que de promotores. Ele rebateu críticas ao projeto. "É irresponsável a declaração de que os cargos criados será o 'trenzinho da



SEÇÃO DO COLÉGIO DE PROCURADORES; proposta foi aprovada por vinte e quatro votos a favor e um contra

alegria". Essa não é a prática da instituição. Servidores que entram têm de seguir critérios". Eder destacou que outros órgãos, como o Judiciário e o Tribunal de Contas, já contam com assessores comissionados para membros.

Durante a votação no Colégio, procuradores defenderam a necessidade de criação de cargos para auxiliar o trabalho dos promotores. A procuradora Mariela Siqueira foi a única a votar contra.

O presidente da Associação dos Servidores Públicos do Ministério Público, Vanderlei Mendonça, afirmou que existem mais de 600 aprovados em cadastro de reserva no último concurso. "As opiniões contrárias foram ignoradas. Lamentamos a aprovação. Vamos definir com a categoria o que fazer".

"Momento dramático", diz Hartung

O governador Paulo Hartung (PMDB) fez um apelo e pediu aos órgãos que não criem novas despesas. O Colégio de Procuradores do Ministério Público Estadual (MP-ES) aprovou proposta para criar 216 cargos comissionados no órgão.

O peemedebista, por meio de nota, destacou que o momento exige colaboração. "Os poderes e as instituições têm independência administrativa e orçamentária, mas faço um apelo: o momento econômico é dramático", declarou.

E completou: "Sem um democrata e respeito as decisões das instituições e dos poderes. Mas, como governador, tenho a respon-



HARTUNG pediu colaboração

sabilidade de alertar para esse cenário gravíssimo e que exige a colaboração de todos para resgatar o equilíbrio das contas estaduais."

ENTENDA A PROPOSTA

Salário de cerca de 5 mil

A PROPOSTA aprovada pelo Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado prevê a criação de 216 cargos comissionados de assessor dos promotores de Justiça.

O IMPACTO previsto é de R\$ 1,1 milhão por mês. A proposta havia sido apresentada em dezembro passado, mas foi divulgada no último dia 16.

COM ESSA aprovação, fica extinta a criação de 65 cargos de promotores, o que custaria para o órgão cerca de R\$ 1,8 milhão mensal.

OS ASSESSORES que ocuparão os cargos comissionados receberão R\$ 5 mil e vão auxiliar os promotores na elaboração de pareceres, entre outras atribuições jurídicas.

SERÁ preciso ser formado em Direito, o que impede, segundo o procurador-geral de Justiça, Eder Pontes, que os 600 aprovados dentro do cadastro de reserva, no último concurso, sejam nomeados. Caberá a cada promotor indicar o próprio assessor, por se tratar de cargo de confiança.

MESMO que criados neste ano, após aprovação da Assembleia e sanção do governo, os cargos não serão preenchidos em 2015 por conta do momento financeiro do Estado.

OS PROCURADORES já possuem um assessor de livre nomeação. Já entre os promotores, cada grupo de cinco chega a dividir um assessor.

ATUALMENTE, o órgão ministerial conta com 605 servidores, sendo 435 efetivos e 170 comissionados.

Hartung citou que até maio houve queda real de aproximadamente 11% na receita de caixa do Tesouro do Estado, em relação ao mesmo período em 2014, e que, com as despesas elevadas, está sendo feito esforço para equilibrar as contas e manter o pagamento aos servidores públicos em dia.

"Então, seria melhor que todos que puderem não criem novas despesas. Ou, então, que adiem novas despesas até que tenhamos maior clareza desse cenário de crise econômica e política. Há um cenário de incerteza na economia brasileira, com um PIB negativo, por exemplo, de 0,2%", pediu.

Serra tem mais de sete mil efetivos

A Prefeitura da Serra informou ontem que possui atualmente 7.079 servidores efetivos e 677 comissionados.

Os números foram disponibilizados após a divulgação da matéria "Espaço maior para comissionados", publicada no domingo, em que a reportagem usou dados da revista Finanças dos Municípios Capixabas, porque as informações serranas não foram divulgadas no prazo pedido.

Dessa forma, a relação de servidores efetivos por comissionados na Serra é de 10,4 efetivos por um comissionado, bem diferente da anterior, de 1,95 por 1, que incluía celetistas.



BIZZOTTO, mais cortes

Tribunal vai adotar novas medidas para reduzir gastos

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) vai adotar medidas para conter gastos com pessoal no órgão. Segundo o relatório fiscal dos últimos 12 meses, o Judiciário registrou 5,95% da receita do Estado com pessoal, cujo limite é de 6% pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

No período foram gastos R\$ 699 milhões sendo que o limite estabelecido é de R\$ 705 milhões. De acordo com a assessoria, o presidente do Tribunal, Sérgio

Bizzotto, está estudando o resultado do relatório de gestão fiscal e analisando quais são as medidas que devem ser adotadas pelo TJ para se manter dentro dos limites da LRF.

Ele já se reuniu com desembargadores para discutir medidas de contenção dos gastos que deverão ser definidas ainda nesta semana.

O Tribunal de Justiça informou que desde o início do ano já foram adotadas medidas de redução de despesas, com corte nos celula-

res; cursos e treinamentos de servidores para fora do Estado cancelados; não nomeação de mais juizes, exceto em vaga de magistrado aposentado.

Recentemente, foi editada resolução que proibiu as substituições no âmbito do Poder Judiciário.

No início do ano, com o ajuste no Orçamento do Estado, foi cortado R\$ 133 milhões do Judiciário. Bizzotto já disse que vai pedir suplementação de R\$ 50 milhões ao governo.